

Notas e Informações

Congresso sem responsabilidade

Mais que um desacerto financeiro, o déficit público nacional é um fenômeno político e, por isso mesmo, foge do arbítrio dos ministros econômicos. Eles podem cortar este ou aquele gasto, demitir este ou aquele grupo de funcionários, em condições muito especiais, mas suas ações são contidas dentro de limites muito estreitos. Estes limites se tornaram ainda mais severos a partir de outubro, quando a nova Constituição deu ao Congresso poderes típicos de um regime parlamentarista e nenhuma responsabilidade a mais pelas consequências de suas decisões.

O Congresso Nacional já se levantou contra a extinção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), da Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes (Geipot), da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater). Forçou o Executivo a compensar a eliminação de um ministério com a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, negou-lhe os poderes solicitados para a liquidação ou venda de empresas estatais e virtualmente engavetou o projeto de privatização da compra de trigo. Antes disso, resistiu ao corte das verbas destinadas à distribuição pelos parlamentares e aumentou, no orçamento federal, os recursos alocados à Ferrovia Norte-Sul, neutralizando, assim, o recuo parcial do presidente Sarney, o maior defensor político daquela obra.

Ainda na fase da Constituinte, os fisiológicos tiveram força bastante para consagrar a absurda estabilidade de milhares de funcionários tão dispensáveis quanto custosos e inutilizaram, assim, um dos instrumentos necessários ao ajuste financeiro e à moralização da administração pública. Não defenderam, com isso, um legítimo direito trabalhista, mas apenas protegeram privilégios. Garantiram tratamento igual aos bons e aos

maus empregados governamentais com mais de cinco anos de serviço e — mais que isso — deixaram em posição de inferioridade os bons funcionários contratados há menos tempo. Estes podem ser legalmente demitidos, independentemente de seu valor. Aqueles, não, mesmo quando improdutivos e instalados, no emprego graças ao apadrinhamento e ao comércio de favores.

Bastariam esses episódios para deixar claro o absoluto desprezo votado por esse tipo de parlamentar aos direitos dos contribuintes e de todos os cidadãos honestos. Congressistas como esses tratam o dinheiro público, em 1989, com a sem-cerimônia característica dos antigos padrões clientelísticos, típicos da velha dominação oligárquica. Tudo isto tem de ser dito com a mais dura franqueza: uma ampla área da vida política brasileira permanece imune a todo esforço de modernização e de reforma democrática. Modernização, é bom lembrar, não significa simplesmente mudança material, adoção de novas tecnologias e busca de competitividade econômica internacional. Uma nação só se moderniza efetivamente quando se alteram as atitudes e os costumes. E uma democracia só é real quando as práticas cotidianas se tornam plenamente compatíveis com as instituições. O Brasil, é preciso reconhecê-lo, é mais que nunca uma sociedade marcada pelo conflito entre duas temporalidades absolutamente distintas, a do cidadão tão desejoso de independência quanto de responsabilidade pública e a do velho aproveitador dos privilégios e das facilidades provenientes do poder.

Esse contraste se reflete de maneira dramática no dia-a-dia das decisões políticas. A reforma institucional, com o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário, deveria ser um passo no rumo da contemporaneidade, do jogo aberto dos interesses, da solução civilizada dos conflitos

e da impessoalidade das decisões de alcance coletivo. Um Congresso forte deveria abrir a possibilidade de uma boa gestão dos assuntos públicos mesmo quando, por má fortuna, a chefia do governo cai em mãos despreparadas. Boas instituições deveriam compensar as notórias limitações de um governante como o presidente José Sarney e reduzir, até um nível suportável, as consequências de suas fantasias ferroviárias e turísticas. O País é forçado, no entanto, a assistir ao espetáculo de um Executivo impedido pelo Parlamento de implantar uma política de austeridade. Torna-se irrelevante, neste momento, discutir se o presidente José Sarney deseja ou não sinceramente a dura política de ajuste exigida pelos fatos. Ele simplesmente não pode agir além dos estreitos limites criados pela Constituição.

É necessário admitir com toda a clareza: a discussão sobre o déficit público é virtualmente inútil enquanto não se levar em conta o poder parlamentar, mais uma vez demonstrado no episódio de ressurreição do Incra. É indispensável que a sociedade cobre dos congressistas uma ação compatível com as instituições sonhadas, por muitos anos, pelos democratas. Um perigoso tabu tende a silenciar as pessoas quando chega a hora de criticar os parlamentares. Abandone-se o tabu. Condenar a ação dos fisiológicos não é solapar a democracia nem favorecer a volta do arbítrio. É, ao contrário, uma exigência da defesa real das liberdades democráticas. O poder parlamentar tem de servir a Nação, e não sustentar o empreguismo, a malandragem dos aproveitadores e a espoliação dos recursos públicos. O dinheiro recolhido ao Tesouro Nacional não é propriedade deste ou daquele grupo e portanto não pode, em nome da democracia, ser malbaratado por quem quer que seja. É hora de os congressistas assumirem uma responsabilidade proporcional a seu poder.